



CSEB - Cabos Europa Brasil
Rua António Nobre, 3
2795-021 Linda-a-Velha

S/ referência

Data

N/ referência

Data

S029001-202005-DAIA.DAP**DAIA.DAPP.00253.2019**

Assunto: Projeto Ellalink - Cabo Submarino Intercontinental de ligação entre o Brasil e Portugal com aterragem em Sines e na Madeira
Apreciação do pedido de revisão das Condições 19, 21 e 23 da Decisão Final sobre Sujeição a AIA

No âmbito do procedimento adotado por esta Agência no sentido de verificar a eventual suscetibilidade do projeto em epígrafe provocar impactes significativos no ambiente, tendo em conta o disposto na alínea c), do n.º 3, do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, foi V/ Exa. notificado, no passado dia 18 de março, do despacho exarado pela Senhora Secretária de Estado do Ambiente, concordando com a não sujeição do projeto a procedimento de avaliação de impacte ambiental (AIA), nos termos, condições e fundamentos constantes do parecer preparado pela APA, bem como do despacho de concordância com estas conclusões emitido pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações.

Na sequência, essa empresa solicitou, através de carta datada de 20 de abril de 2020, a revisão das condições para licenciamento ou autorização do projeto, incluídas no parecer emitido por esta Agência, designadamente as Condições n.º 19, 21 e 23.

Uma vez que as citadas condições foram definidas com base no parecer emitido pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC) no âmbito das consultas efetuadas por esta Agência, foi solicitada a colaboração daquela entidade para apreciação das matérias assinaladas.

Neste sentido, e tendo por base o parecer emitido por aquela entidade, importa referir o seguinte:

No que diz respeito à proposta de alteração da **Condição n.º 19**, há a referir que a esta última corresponde a uma medida de carácter geral proposta pelo próprio proponente na documentação anteriormente apresentada (MM.PAT.01.) e que decorrer do facto da caracterização efetuada não ser "*informação decorrente de observação direta ou prospeção arqueológica*" (assumido no Relatório apresentado como uma das lacunas de conhecimento relativas ao Património).

Os trabalhos arqueológicos no terreno, previstos nesta condição, correspondem à prospeção arqueológica sistemática considerada necessária realizar e comunicado em maio de 2019 à consultora Profico Ambiente e reiterado no parecer subsequente e final (referências CS 186738, 198027 e 200721, respetivamente).



Não se pretende uma repetição do trabalho que foi (bem) executado, mas sim a realização de trabalhos arqueológicos que já deveriam ter sido concretizados, nomeadamente a caracterização do Património nas áreas de incidência direta do projeto que não foram abrangidas pelos trabalhos de geofísica já executados.

Face ao exposto, considera-se que se deve manter esta condição, reforçando-se ainda que é fundamental analisar do ponto de vista arqueológico toda a documentação produzida para concretização do projeto em alta resolução, incluindo a área adjacente às imediações da rota do cabo.

Relativamente à **Condição n.º 21**, refira-se que o projeto prevê, na sua ligação à rede terrestre, quatro perfurações horizontais dirigidas (com 640 m a 744 m de comprimento) desde terra até um ponto no leito marinho (a 12/15 m de coluna de água). Esta operação prevê o atravessamento subterrâneo da duna e praia (holocénicas) e da faixa costeira pelo cabo garantindo a transição entre o cabo submarino e o cabo terrestre. Está ainda prevista a realização de uma escavação na zona dunar da Praia Norte de Sines para a instalação da ligação à terra do cabo (com um sistema de estacas de aterramento) e da caixa de visita (com 1,8 m de profundidade), bem como a escavação para enterramento do cabo em trincheira (1,5 m de profundidade) no seu trajeto terrestre até à Estação Terminal de Receção na ZILS. Estão igualmente previstas algumas sondagens geotécnicas de estudo, entre outras intervenções.

É neste contexto dunar e de proximidade à linha de costa que na caracterização do Património Cultural são referidos existirem 2 sítios arqueológicos Pré-históricos (CNS 5221 e 18940). De acordo com informação da Direção Regional de Cultura (DRC) do Alentejo, devido ao carácter disperso deste tipo de locais com vestígios de indústrias talhadas e faunas malacológicas do Paleolítico antigo e médio do Sul de Portugal, é referido pelo Professor Doutor Vítor Oliveira Jorge, na sua tese de licenciatura de 1972, que *"não será de excluir a possibilidade da presença do mesmo tipo de materiais surgirem no mesmo tipo de contexto geomorfológico, mais a norte"*.

A Condição n.º 21 é assim uma forma de perceber se os trabalhos previstos irão ou não afetar contextos arqueológicos e/ou contextos com informação paleoambiental numa área de sensibilidade arqueológica, nomeadamente nas zonas dunares.

Dado que está prevista a realização de sondagens geotécnicas, de forma a otimizar este trabalho considera-se que as sondagens a realizar devem contemplar o objetivo enunciado nesta condição, ou seja, o de datar a idade dos sedimentos e identificar o tipo de ambientes associados às ocupações antrópicas durante o plistocénico e o holocénico, com a colaboração da equipa de arqueologia e de um geoarqueólogo.

Em alternativa, terá que haver uma análise do ponto de vista arqueológico de toda a documentação produzida, bem como a apresentação dos resultados obtidos pelos trabalhos de geotecnia, conjuntamente com os profissionais acima referidos, e onde se justifique a realização ou não destes trabalhos.

Face ao acima exposto, considera-se ser de manter esta condicionante.

No que concerne a **Condição n.º 23** esta foi considerada pelo próprio proponente na documentação inicialmente apresentada como "muito importante" para as boas práticas ambientais em obra (MM.BPA.04.) e reiterada nas medidas de minimização de carácter geral do Património (MM.PAT.02.).

Contudo, posteriormente e face às condicionantes decorrentes da conjuntura pandémica que se atravessa, foi evidenciado pelo proponente a impossibilidade de acrescentar novos membros à equipa que já se encontra a laborar a bordo do navio, sem possibilidade de suspender o andamento do mesmo.



A alternativa inicialmente apresentada era de haver apenas um arqueólogo, de forma indireta, e dependente de uma decisão externa de alguém sem as habilitações necessárias para o efeito.

O entendimento de apenas dar suporte às operações intrusivas no subsolo conflitua com a necessidade de que os *"trabalhos de campo são realizados sob a orientação efetiva e continuada do diretor científico durante todas as suas fases"*, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro que publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.

A alternativa proposta não permite assim uma observação direta por alguém academicamente habilitado em arqueologia e com prática profissional comprovada durante os principais trabalhos, como sejam os trabalhos de desobstrução com a remoção de quaisquer detritos/limpeza do fundo do mar com uma fateixa até aos 1500 m, pré enterramento do cabo, sulcagem para o assentamento do cabo com um arado, inspeções, enterramento ou pós assentamento por ROV.

A proposta inviabilizaria assim o princípio da conservação pelo registo científico previsto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural, bem como a necessidade do Estado português de prevenir ou mitigar qualquer efeito adverso sobre o Património Cultural Subaquático, nos termos do Aviso n.º 6/2012, de 26 de março, que publica a Convenção da UNESCO para a Proteção do Património Cultural Subaquático de 2001, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 51/2006 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 65/2006, ambos de 18 de Julho.

Face ao exposto, considera-se que se deve manter a Condição n.º 23, prevendo a título excecional alterações à sua implementação onde terá de ser assegurada a disponibilização das imagens dos trabalhos acima referidos, nomeadamente os de colocação e pós colocação do cabo no fundo marinho, em tempo real, à equipa de arqueologia responsável pelos trabalhos arqueológicos inerentes à execução do projeto, de modo a poderem ser identificados eventuais impactes sobre o Património Cultural Subaquático que incidam sobre o "Mar Territorial, na Zona Contígua, na Zona Económica e Exclusiva, na Plataforma Continental, e na Área", com a consequente transposição de informação em sede de Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos.

Destaca-se, por último, a importância de assegurar que os trabalhos associados ao cumprimento das condições patrimoniais se realize (e possa ser analisado) numa fase prévia ao início dos trabalhos de construção/implementação do cabo propriamente dito, no sentido de permitir antecipar e salvaguardar eventuais imprevistos que possam surgir com influência direta na implementação do projeto.

Com os melhores cumprimentos.

P'º Presidente do Conselho Diretivo da APA, I.P.

Nuno Lacasta


Ana Teresa Perez
Vogal

HMM